



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 040

SÁBADO, 14 DE MAIO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 50, DE 1977 (CN)

Da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 44, de 1977 — CN (n.º 82, de 1977, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.530, de 24 de março de 1977, que “reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis dos Quadros Permanentes e Suplementares do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências”.

Relator: Deputado Passos Porto

Com a Mensagem n.º 44, de 1977-CN, o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.530, de 24 de março de 1977, que “reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis dos Quadros Permanentes e Suplementares do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências”.

O referido diploma legal concede, de imediato, reajuste de 30% (trinta por cento) nos valores dos vencimentos e proventos do pessoal civil ativo e inativo dos Quadros Permanentes e Suplementares do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar.

Os salários das tabelas de pessoal regido pela Legislação Trabalhista são reajustados, pelo Decreto-lei em exame, em 30% (trinta por cento).

O servidor sujeito à jornada de trabalho inferior a 8 (oito) horas, quando investido em função integrante do Grupo Direção e Assistência Intermediárias fará jus à gratificação, no valor estabelecido no Anexo II do Decreto-lei n.º 1.525/77, vinculada a respectiva jornada de trabalho e complementada com a importância proporcional ao número de horas excedentes.

O salário-família passa a ser pago na importância de Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) por dependente.

O Reajustamento de vencimentos, salários, gratificações e proventos concedido pelo Decreto-lei vige a partir de 1.º de março de 1977.

Considerando que as despesas decorrentes da aplicação do texto legal serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento da União e que o instrumento utilizado encontra respaldo no art. 55 da Lei Maior, opinamos pela sua aprovação, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 45, de 1977

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.530, de 24 de março de 1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis dos Quadros Permanentes e Suplementares do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.530, de 24 de março de 1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis dos Quadros Permanentes e Suplementares do Superior Tribunal Militar e das Auditorias da Justiça Militar, e dá outras providências.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1977. — Deputado **Florim Coutinho**, Presidente — Deputado **Passos Porto**, Relator — Senador **Lourival Baptista** — Deputado **Alvaro Gaudêncio** — Senador **Augusto Franco** — Senador **Lenoir Vargas** — Deputado **Argilano Dario** — Deputado **Horácio Matos** — Deputado **Murilo Rezende** — Senador **Accioly Filho** — Senador **Ruy Carneiro** — Senador **Heitor Dias** — Senador **Braga Junior** — Deputado **José Carlos Teixeira**.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 78ª SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Decreto do Senhor Presidente da República, dispondo sobre a alfabetização compulsória dos jovens encaminhados ao alistamento militar. Vinculação do valor das compras na Zona Franca de Manaus ao preço das passagens. Depoimento do ex-Diretor do DNER feito na Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Registro de melhoria que vem sendo introduzida nos transportes coletivos urbanos no setor ferroviário, no Estado do Rio de Janeiro. Medidas que humanizem as estações de embarque e desembarque de passageiros.

DEPUTADO JOSÉ MANDELLI — Documento divulgado pelas Federações das indústrias dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidas na cidade de Gramado — RS, sobre o desenvolvimento de nossa economia.

DEPUTADO CELSO BARROS — Noticiário da Imprensa referente a representação da América Latina, pelo Brasil e Colômbia, na Comissão de Direitos Humanos da ONU, por indicação dos países integrantes do Conselho Econômico e Social daquela organização.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Artigo de autoria do jurista Cecil Meira, sob o título "A Igreja e o Divórcio".

DEPUTADO MINORU MASSUDA — A situação aflitiva de dezenas de famílias, ameaçadas de despejo no Distrito de Deodoro Sampaio, em Santa Rita do Pontal — SP, em decorrência de decisão judicial.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Expediente recebido do Clube de Diretores Lojistas da cidade de Tubarão — SC, de agradecimento ao Governo Federal pela liberação de verba destinada a cobrir quase a totalidade de empréstimos particulares, contraídos em decorrência das fortes inundações que atingiram aquela área em 1974.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 39/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.515, de 30 de dezembro de 1976, que altera a redação da alínea b do art. 74 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

1.3.1 — Questão de Ordem

DEPUTADO TARCÍSIO DELGADO — Questão de ordem sobre a não-inclusão na Ordem do Dia da presente sessão do Projeto de Decreto Legislativo nº 44/77-CN.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Contraditando a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Resposta à questão de ordem suscitada.

1.3.2 — Discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 39/77-CN. Aprovado. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 79ª SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO DASO COIMBRA — Medida tomada pelo Secretário de Saúde da cidade de Campos — RJ, objetivando, através de convênios, um melhor atendimento do Pronto-Socorro daquela municipalidade.

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — O divórcio como fator de desintegração da família.

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Estudos e pesquisas agropecuários contidos na revista **Cerrado**.

DEPUTADO TARCÍSIO DELGADO — Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes no sentido do restabelecimento de ramal ferroviário da 7ª Divisão da Leopoldina.

DEPUTADO LEÔNIDAS SAMPAIO — Realização da I Jornada de Infecologia de Petrópolis.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Trabalho desenvolvido pelo Senador Teotônio Vilela visando ao estabelecimento da plenitude democrática no País.

DEPUTADO OCTÁCILIO QUEIROZ — Irregularidades que teriam ocorrido na falência ou insolvência de empresas no País.

2.2.2. — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se segunda-feira, dia 16, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 37/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.512, de 29 de dezembro de 1976, que

altera a legislação do empréstimo compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S/A — ELETROBRÁS, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 38/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.524, de 14 de fevereiro de 1977, que dispõe sobre as tarifas dos transportes aéreos domésticos. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 41/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.526, de 28 de fevereiro de 1977, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares. **Aprovado.** À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 43/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1977, que autoriza a criação de Coordenadorias Especiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas condições que especifica, dispõe sobre a retribuição do respectivo pessoal, e dá outras providências. **Aprovado.** À promulgação.

2.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 78ª SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carneira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvidio Nunes — Petrólio Portella — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

EOS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régio — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Baccelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado —

ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cicero de Vasconcelos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Digo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturulli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunig — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverton Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zani — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 346 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes colegas, tenho-me batido para que o brasileiro só se transforme em reservista quando também alfabetizado. Já houve quem, em me ouvindo, quisesse até levar em brincadeira a tese sustentada. Para alegria minha, Sr. Presidente, neste momento tenho o prazer de ler o seguinte:

**"ANALFABETOS NÃO PODERÃO RECEBER
CERTIFICADO DE SERVIÇO MILITAR"**

O Presidente do MOBRL, Arlindo Lopes Corrêa, enviou Circular aos Prefeitos de todos os municípios brasileiros, destacando a importância do Decreto nº 78.674, do Presidente da República, que dispõe sobre a alfabetização compulsória dos jovens que comparecerem ao alistamento militar.

Segundo o referido diploma legal, "os órgãos alistadores do Sistema do Serviço Militar que, por ocasião do alistamento, receberem jovens ainda não alfabetizados, deverão encaminhá-los ao MOBRL de seus municípios, antes fazendo constar do respectivo Certificado de Alistamento Militar a obrigatoriedade de seu portador ser alfabetizado". Dispõe ainda que os jovens, quando residentes em municípios tributários, terão adiamentos de incorporação sucessivos, necessários à sua alfabetização e, só depois, poderão prestar serviço militar ou receber seu certificado de dispensa da incorporação. O mesmo ocorrerá com os residentes em municípios não tributários, que só receberão seu certificado de dispensa de incorporação quando alfabetizado.

Esse decreto é considerado de grande importância para o desenvolvimento da Educação no País, principalmente no que diz respeito às metas do MOBRL, que deseja chegar a 1980 apenas com um resíduo de 10% de população analfabeta. Por isso mesmo, o Presidente do MOBRL também enviou circulares a todos os seus Coordenadores estaduais e territoriais, alertando sobre a oportunidade do decreto."

Este é o primeiro ponto, Sr. Presidente. Louvo as autoridades que estão levando tudo isso em consideração. O segundo ponto pelo

qual me tenho batido é para que haja melhor receptividade da Zona Franca de Manaus, aos que visitam nossa terra. Agora encontrei a seguinte notícia na imprensa:

"O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, prometeu ontem estudar a idéia de vinculação do valor das compras na Zona Franca de Manaus aos preços das passagens aéreas, da região de origem do passageiro até o Amazonas, durante dois encontros que manteve com o Senador José Lindoso e com o superintendente da SUFRAMA, Aluizio Campelo.

Simonsen também acatou com simpatia duas outras sugestões que lhe foram apresentadas para incentivar as viagens à Zona Franca de Manaus: Um sistema de "passagem-casal", que permitiria um bom desconto nas tarifas aéreas para o passageiro que levasse a esposa; e a "passagem estacionária", que permitiria abatimento em determinadas estações do ano, quando o deslocamento de turistas é menor.

Tanto o Senador José Lindoso como o superintendente da SUFRAMA, Aluizio Campelo, em entrevistas separadas, reclamaram do Ministro uma maior assistência à Amazônia Ocidental, que sofre efeitos profundos da desaceleração de investimentos governamentais, com efeitos sensivelmente negativos sobre o nível de empregos na região. O governador Henoch Reis, do Amazonas, deverá manter encontro com o Ministro Simonsen, sexta-feira, no Rio, para examinar esse problema.

No mesmo dia, o Conselho Deliberativo da SUFRAMA estará reunido em Manaus, procurando "uma harmonização de posições sobre as propostas para incrementar o turismo na Zona Franca de Manaus", segundo afirmou Aluizio Campelo, após observar que, durante a sua estada de dois dias em Brasília, notou muito boa vontade dos Ministros envolvidos na solução dos problemas que enfrenta a Zona Franca.

Já o Senador José Lindoso, depois do encontro com Simonsen, não participa da mesma opinião. Ele acha que o Governo deve adotar medidas urgentes para corrigir as distorções provocadas pelas sucessivas desvalorizações do dólar desde a fixação da cota de 100 dólares para compras na Zona Franca, em 1967.

Lindoso também reclamou do Ministro da Fazenda a reserva de uma parcela dos recursos do Programa de Capitalização das Empresas Privadas às firmas de pequeno e médio portes da Amazônia Ocidental que, segundo o Senador, ficaram marginalizadas no primeiro programa desse gênero.

O senador amazonense pediu a interferência do Ministro para criar, em Manaus, um entreposto de exportação para os mercados da Venezuela e o Caribe, através da nova rodovia ligando a capital do Amazonas a Caracas."

Sr. Presidente, o penúltimo assunto é o seguinte:

"O superintendente da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), Aloísio Campelo, afirmou ontem que já encaminhou ao Ministro do Interior, Rangel Reis, um documento justificando a elevação da cota de saída de mercadorias de 100 para 200 dólares.

Campelo disse que o Ministro do Interior recebeu a reivindicação com "muita simpatia", devendo agora discuti-la com os Ministros Mário Simonsen, da Fazenda, e João Paulo dos Reis Velloso, do Planejamento, mas que a palavra final será dada pelo Presidente Ernesto Geisel.

Outra reivindicação feita por Campelo é no sentido de que duas pessoas independentemente do fato de serem casadas ou não, possam viajar juntas e deixar Manaus acumulando duas cotas, o que no momento só é permitido aos casados.

Espera-se analisando o clima favorável identificado nos ministérios, que até junho seja alterada a cota de saída de mercadorias da Zona Franca já que o atual índice é responsabilizado pelo "esvaziamento" no setor turístico da região. Antes havia sido proposto assegurar ao turista o direito de deixar a Zona Franca com uma importância em mercadorias equivalente ao custo da viagem de ida e volta."

Por último, leio no *Jornal de Brasília*, de 13-5-77, o seguinte:

"Para o ex-diretor-geral do DNER, Lafayette Salviano do Prado, a situação financeira do país, na atualidade, é tão grave que exige a aplicação de "uma economia de guerra". Ele expressou este ponto de vista, ontem à tarde, perante a Comissão de Transporte da Câmara, durante o debate que se seguiu a sua exposição sobre "A Exportação de Serviços no Brasil".

— Estamos com a ambição do palácio, sem dinheiro para o casebre. E o resultado é que nós, empresários somos a cada momento surpreendidos. O momento, acredito, é de cirurgia e, não, de chá de laranjeira — sustentou Prado, ao responder as indagações do Deputado Juarez Batista (MDB — MG).

Detalhando essa opinião, o atual diretor presidente da TRANSCON S/A — empresa de consultoria cuja ação ocorre, principalmente, na área do transporte — explicou que, no Brasil, "toda a estrutura de planificação foi traçada e orientada dentro de um clima de euforia que, inclusive, se prolongou no atual Governo".

Falta Mercado

— Nós alimentamos esse clima, — continuou — o clima de *ninguém segura esse país*, sem cogitar que o *slogan* valia em sentido contrário também. Ou seja, se não segurar, o país poderia cair no abismo. De repente, faltou gasolina no tanque. Ou seja, faltou petróleo. Esse, o problema. A meu ver, o empresário se adapta a essa nova situação. O que tem faltado é mercado, por falta de recursos, assim, o impacto se reflete sobre o empresariado com mais força ainda.

Em sua exposição sobre "Exportação de serviços", Lafayette Salviano do Prado insistiu na tese de que esse setor precisa receber um maior apoio do Governo. Prado propugnou a adoção de medidas básicas que, a seu ver, tornariam a ação das empresas de exportação de serviços muito mais eficiente e diversificada em todo o mundo: 1) extensão da isenção do Imposto de Renda às pessoas físicas, por proventos recebidos por serviços prestados para o exterior; 2) revisão da grande diversidade entre os valores do câmbio oficial e real do dólar, pois, atualmente, as empresas nacionais pagam 20% a mais por técnicos da mesma capacidade dos estrangeiros devido a diferença de câmbio; 3) ampliação da competência do Banco do Brasil no exterior, para facilitar operações correntes de cessão de direitos creditícios; 4) ofertas de cartas de garantia a preços competitivos com as fontes estrangeiras que apóiam as empresas concorrentes de exportação de serviços, em vários países."

Com esta leitura, fica mais uma vez comprovado que até o empresariado nesta hora, não está satisfeito com o sistema econômico do País. Gostaria, então, de que as autoridades pudessem pensar nisso. Os estudantes, os intelectuais, os deputados, os senadores, o povo o empresariado, todos estão inconformados. É o momento, portanto, de alguém estudar quais as razões desse estado de coisas para que possamos ter um desenvolvimento não só econômico, mas também político, dentro daqueles princípios que nos regeram no passado, que são os democráticos e de acordo com a índole do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os trens japoneses, adquiridos recentemente pela Rede Ferroviária Federal, iniciam um período de experiência, servindo no ramal de Deodoro, no Rio de Janeiro.

Temo-nos pronunciado, repetidas vezes, desta tribuna, abordando a necessidade urgente de atender os graves problemas existentes no setor de transportes de massas, no Rio de Janeiro, com atenções especiais para o setor ferroviário.

Reclamamos, no início do segundo semestre do ano passado, contra o fato de estarem circulando nos ramais da Central do Brasil composições adquiridas em 1937, contando, portanto, 40 anos de serviços.

Se os trens merecessem "aposentadoria", aqueles já faziam jus ao prêmio, por tempo de serviço.

Recebemos esclarecimentos de Rede Ferroviária de que a intenção era adquirir novas composições e utilizá-las a partir de abril de 1977.

Agora a renovação da frota de trens urbanos começa a ser feita, entrando em circulação os primeiros dos 126 adquiridos pelo Governo ao Japão.

Queremos parabenizar a direção da Rede Ferroviária Federal por esta iniciativa que beneficiará milhares de passageiros, usuários dos serviços urbanos nos ramais da Central do Brasil e da Leopoldina. Mais de meio milhão de brasileiros usam aquele tipo de transporte diariamente. Os sacrifícios impostos aos passageiros não decorrem apenas do estado precário das composições em uso, mas também da má conservação e total ausência de conforto nas estações, ao longo dos muitos quilômetros de ferrovia no Grande Rio.

Por isso, Sr. Presidente, ao tempo em que nos associamos com as autoridades pela melhoria que vem sendo introduzida nos transportes urbanos no setor ferroviário, preocupamo-nos solicitar cuidados especiais para as estações de embarque e desembarque de passageiros, carentes de recursos que humanizem o serviço prestado à coletividade.

E isto desde a Estação D. Pedro II, ao final de cada Ramal, incluindo-se as estações intermediárias, onde o desconforto é gritante e os riscos à vida dos passageiros é oferecido à aproximação de cada horário de trem.

Sabemos todos que a meta do atual Governo é o homem. Todas as atenções governamentais estão voltadas para o ser humano. Entretanto, alguns aspectos vêm ficando para um segundo plano, constata-se isto principalmente na proteção aos usuários dos serviços públicos prestados pelo Estado ou concedidos, na área de transportes coletivos.

Um novo plano arquitetônico, incluindo o ser humano como célula maior de sua estruturação, deve ser traçado para as estações ferroviárias, no Grande Rio.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Nösser Almeida. (Pausa.) Ausente. Concedo a palavra ao nobre Deputado José Mandelli.

O SR. JOSÉ MANDELLI (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, industriais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, reunidos na cidade gaúcha de Gramado, acabam de divulgar documento, cujo teor deve ser objeto de profundas reflexões não apenas dos membros do Congresso Nacional, como principalmente das autoridades federais da área econômica.

As federações das indústrias desses três Estados concluíram que "a economia se deve desenvolver em regime de liberdade, sem o paternalismo dependente e, muitas vezes, sufocante", reiterando que compete ao Estado zelar por este fundamento básico, sem cercear, todavia, a liberdade, a pedra angular da criatividade, da produtividade e de todos os fatores inerentes a um sistema produtivo eficiente e progressista.

Os industriais do Extremo Sul entendem ainda que o atual estágio brasileiro, no campo econômico, não se pode ater a modelos rígidos nem ficar demasiadamente dependente de conceituações teóricas, que devem servir apenas como emolduramento do nosso modelo.

No encontro, constatou-se a verdadeira impossibilidade de um "casamento" da economia de mercado com o dirigismo, por manifestada incompatibilidade entre ambos. Aflui, assim, a grande opção entre um e outro, e para tanto não se propugna por quaisquer formas extremadas, mas por posicionamentos centrados e responsáveis, além de justos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o noticiário referente ao chamado "Caso Lutfalla" e a informação de que são muitos outros os casos de dinheiro posto fora pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Banco Central em empresas virtualmente falidas constituem *doloso contraste com o fato de 197 das mais sólidas firmas deste País aguardarem até agora a liberação de verbas relativas a operações de crédito aprovadas em novembro e dezembro do ano passado.*

Enquanto isso, vê-se o Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Sr. Manoel Otávio Pereira Lopes, afirmando na Câmara Americana de Comércio que, apesar das reiteradas declarações do Governo em favor da empresa privada, assiste-se ao crescente endividamento da empresa, inclusive junto a instituições financeiras estatais. E o próprio Diretor-Superintendente da EMBRAMEC, Sr. Roberto Procópio Lima Neto, Diretor de Planejamento do BNDE, declara estar havendo "uma burocratização efetiva nos órgãos públicos que tende a esmagar a empresa privada nacional".

Vê-se também, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, uma empresa do porte das Móveis Cimo pedir concordata por não ter condições de pagar financiamento recebido do BNDE através do Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul, comprovando a paradoxal perspectiva de, para salvar a empresa privada nacional, um banco estatal lhe emprestar tanto que ela não possa mais pagar, passando, então, para as mãos do Estado.

Há, por outro lado, um inadmissível preconceito em relação ao mercado secundário, cujos raros benefícios têm advindo de incentivos fiscais, sem que haja qualquer possibilidade de comparação com os benefícios oferecidos ao mercado primário. É imprescindível, como bem diz o Presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, que se consagre oficialmente a axiomática verdade de que o mercado secundário é pré-requisito indispensável à viabilidade do mercado primário. A continuarmos assim, permaneceremos inibindo o mercado primário e prejudicando a subcapitalizada empresa privada nacional.

Anuncia agora o Governo a próxima criação de um "Instituto de Intervenção e Reorganização de Empreendimentos em Situação Pré-Falimentar" — IRESP — ignorando que já existe todo o instrumental humano e legal necessário para impedir a repetição de casos como o do Banco Halles, do Grupo Lutfalla e da Editora José Olympio. Tudo o que falta é usá-lo. Mas, bem antes disso, é preciso cuidar para que não continuem sendo aprovados sem cautela projetos de toda sorte em todos os setores da economia. Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o Sr. Deputado Celso Barros.

O SR. CELSO BARROS (MDB — PI. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, segundo noticiário de ontem, o Brasil e a Colômbia representarão a América Latina na Comissão dos Direitos Humanos da ONU, por indicação dos países integrantes do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas.

A indicação foi considerada muito boa pelo Coronel-Assessor de Imprensa da Presidência da República, logo após a comunicação do fato ao Presidente Geisel pelo chanceler Azeredo da Silveira.

Talvez seja essa a mais difícil missão do Brasil nos últimos tempos, missão que não é de caráter cultural, nem diplomático, mas político e na qual *reafirmará compromissos com relação aos direitos*

humanos, compromissos já assumidos solenemente na Declaração Universal dos Direitos Humanos há quase trinta anos.

Sabemos todos que o conteúdo daquela Declaração é extenso e muito abrangente e que os documentos que a ratificaram posteriormente lhe deram dimensão mais compatível com a nova realidade social e com os problemas humanos dela emergentes.

Em discurso proferido há algumas semanas na Universidade da Geórgia, o Secretário de Estado Cyrus Vance, abordando o tema dos Direitos Humanos, assim se expressou:

"... sabemos que esses direitos podem ser violados por ação ou inação de um governo — por exemplo, por meio de processos oficiais de corrupção que desviem recursos para uma elite, em detrimento dos necessitados, ou por meio da indiferença aos clamores dos menos favorecidos."

São direitos de caráter social desrespeitados tanto pelos Estados Unidos como pelo Brasil, comprometidos estruturalmente com uma política elitista, que tende a beneficiar, em regra, número limitado de pessoas, marginalizando milhares de outras, que não adquirem as condições mínimas de vida digna. A estas falta tudo, porque falta trabalho, falta salário, faltam as oportunidades, constituindo essa população, localizada no campo e na cidade, um contingente imenso de pessoas abandonadas à sua própria sorte, sem que para elas haja sequer a esperança de tão cedo participarem das conquistas sociais do País.

Esse é sem dúvida um processo social de corrupção que transforma os bens do povo em propriedade de poucos, aumentando o sofrimento da grande massa da população.

No Brasil isso é fato comprovado e o que se vê é a indiferença do Governo, indiferença disfarçada em medidas paternalistas que não escondem o clamor dos menos favorecidos e alimentam a oficina da propaganda oficial.

Vai além o Secretário Cyrus Vance, para dizer que também se alinha entre os direitos humanos "o direito ao gozo das liberdades civis e políticas — liberdade de pensamento; de culto; de reunião; liberdade de palavra; liberdade de imprensa; liberdade de movimento tanto dentro como fora do próprio país e liberdade de tomar parte no Poder".

Como explicar o Governo brasileiro, perante a ONU, as cassações de mandatos de parlamentares da Oposição por terem usado, nos limites da conveniência política e no pleno exercício de seus mandatos, a liberdade de pensamento que supunham estar garantida na Constituição? Como justificar a censura aos jornais do País, desde que se disponham a revelar não segredo de Estado, mas atos condenáveis da administração que o Poder deseja conservar em segredo, mas que o povo não pode ignorar? Como justificar que o Presidente da República decreta o recesso do Congresso Nacional e se arvora em Poder Constituinte, como se um só pudesse falar em nome de todos quando todos discordam e condenam a usurpação? Como justificar a proibição de passeatas de estudantes, as concentrações operárias organizadas com a única finalidade de reivindicar direitos e fazer cessar o clima de opressão vigorante nas Universidades e nos Sindicatos?

São indagações que, sem dúvida, serão feitas à representação brasileira. Como responder a elas sem constrangimento, sem contradições, sem disfarces comprometedores?

Mesmo assim, confiamos em que o Governo brasileiro, fiel aos compromissos de ordem com a democracia e a liberdade, adquira hoje consciência de que o problema dos direitos humanos se confunde com a causa da liberdade humana, liberdade de pensamento, liberdade de escolha, para não falar na liberdade fundamental de ir e vir, que tem no *habeas-corpus* o seu principal instrumento de defesa. *Habeas-Corpus* que nos é negado, como o triste sinal de uma época em que perante o Estado não há mais segurança para o cidadão. Onde o arbítrio campeia como regra, os direitos humanos se estiolam na volúpia da exceção.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Srs. Congressistas, sem nenhum comentário farei a leitura do artigo de autoria do grande jurista do meu Estado, Cécil Meira, sob o título "A Igreja e o Divórcio", publicado no dia 11 de maio, no jornal *O Liberal*.

É o seguinte o artigo:

"A IGREJA E O DIVÓRCIO

Para os juristas e para os radicais o comparecimento da Igreja e sua opinião nos debates sobre o Divórcio é irrelevante e inadequada. O problema seria puramente jurídico e suas consequências não afetariam a Igreja, desambientada com o clima emocional que envolve o casal que deseja a separação definitiva, sem vínculo.

Entretanto, para os sociólogos e para o grupo social que deseja não só defender-se, mas, principalmente, preservar a família, como elemento fundamental de uma sociedade bem organizada e bem estruturada, a presença da Igreja é básica. Argumentam que o casamento, antes de ser um simples ato jurídico entre os cônjuges, é um sacramento, é uma instituição moral, e a História ensina que o matrimônio como sacramento é muito mais antigo do que as regras de direito. Uma sociedade não se consolida apenas pelas normas jurídicas, por leis coercitivas, por atos etais de governo, antes ela se estrutura por meio de alavancas morais, cujo movimento é exercido pela Religião, em todos os povos.

Embora o aspecto jurídico do divórcio seja permanente e sempre atual, pois nele estaria a garantia do casal com relação à pessoa dos filhos e ao patrimônio familiar, não menos importante é o efeito moral que o casamento produz e, em consequência, a dissolução da sociedade conjugal, sem deixar qualquer espécie de vínculo.

Realmente, não sei como desvincular, no clima societário em que vivemos, a moral do jurídico, uma vez que essas duas forças se entrelaçam e consolidam, de maneira profunda, o matrimônio. Se assim é, não há razão por parte dos juristas e dos radicais do divórcio, em querer afastar a Igreja da discussão do problema e de uma tomada de posição, que já é milenar. Não é em vão que as coisas se sucedem, que os fatos se repetem de geração em geração, e continuam a viver e sobreviver, apesar de reações de todo tamanho. A posição da Igreja, em tal assunto, é antes de tudo esclarecedora, sem qualquer poder de coerção, procurando desnaturar o divórcio, mostrando que tal instituição, embora legitimada, é sempre uma escrescência. A admitir-se a dissolubilidade do casamento, não só se destroi o aspecto jurídico do casamento, como o seu lado moral, que é mais importante. Se um casamento pode ser dissolvido, por que o casamento? Por que todo o cortejo de cautelas legais para realizá-lo, quer perante o juiz, quer perante o sacerdote, se pouco depois tudo aquilo passa a não valer coisa alguma, fazendo-se Tábula Rasa de todas as convenções, de todos os cuidados, de afinar o matrimônio à regra jurídica?

Vê-se, portanto, que não se pode excluir, de nenhum modo, a Igreja, do debate e da decisão de problemas tão variados, tão difíceis, tão penosos e de consequências imprevisíveis para a sociedade. Todos devem participar, toda a opinião é válida, todos os argumentos, mesmo aqueles tidos por fúteis, devem vir à tona. Cada um resiste como pode, ou como deve, sem dubiedade, corajosamente assumindo cada um a responsabilidade por sua definição. O debate que a Igreja faz é fundamentalmente de esclarecimento, uma vez que não dispõe de nenhuma norma proibitiva, como dispõem os legisladores e os juristas.

Por outro lado, não creio que no Brasil o povo decida pela voz de terceiros ou por ouvir dizer. Quando falo em "povo" quero me referir à grande massa de legisladores que têm impedido, de uma forma ou de outra, que se implante o divórcio no Brasil. O argumento de que outras nações, poderosas e desenvolvidas e até as que não são, aceitam o divórcio, não é argumento. A vida jurídica brasileira comprova, através de sua história, independência na conceituação de suas instituições, e não haveria razão plausível para copiar ou imitar. Temos, realmente, uma formação legal independente e autônoma, sem necessidade de copiar o figurino alheio. Penso, ao contrário, que a persistência do legislador em negar, repetidamente, a instituição do divórcio no Brasil, autêntica nosso amadurecimento e capacidade de decisão própria.

Já havia escrito uma série de artigos sobre o assunto referente à dissolubilidade da sociedade conjugal; motivo de força maior, impediu-me de completar meu pensamento sobre a participação da Igreja nesse grande debate de esclarecimento de todos. Agora o faço, mais como professor de Direito, socialmente falando, do que como católico.

O casamento é um problema de ser, ontológico, não pode ser desdobrado, nem somado, nem multiplicado, nem dividido. Casamento, moral e sociologicamente falando, é sinônimo de indissolubilidade e a Igreja, que é eterna, não pode se afastar dessa proposição. Uma verdade não pode ser dividida em duas."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o nobre Deputado Minoru Massuda.

O SR. MINORU MASSUDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente. Srs. Congressistas, em decorrência de decisão judicial, cerca de setenta famílias, com mais de quatrocentas crianças, estão ameaçadas de despejo, no Distrito de Teodoro Sampaio, do município paulista de Santa Rita do Pontal. Trabalhavam eles em terras arrendadas por lavrador, pelo prazo de três anos, mas o arrendatário desapareceu, enquanto o proprietário da terra acaba de ganhar ação de despejo no Tribunal de Justiça do Estado. Lavrando, há oito anos, aquelas terras, as setenta famílias, antes mesmo de colheita, são surpreendidas pela sentença judicial e não têm para onde ir.

O Pontal do Paranapanema é das regiões mais carentes do Estado de São Paulo e os municípios que a compõem se desvincularam, recentemente, da União dos Municípios da Alta Sorocabana, pretendendo, agora, para a solução de problemas comuns, a criação do Unipontal, para a defesa dos interesses da região.

Um desses problemas se configura na situação fundiária, quando os proprietários de terra não as cultivam convenientemente, distribuindo-as em parcelas, o que provoca, vez por outra, situações como a dessas setenta famílias, deslocadas do seu trabalho, jogadas na miséria.

Essa situação de calamidade vem amplamente descrita em reportagem da *Folha de São Paulo*, do dia 10 do corrente, exigindo urgentes providências das autoridades, mesmo porque é imprevisível a reação de tal número de pessoas, subitamente privadas do seu único ganha-pão.

Daí por que encaminhamos veemente apelo ao Governo paulista e às autoridades federais, principalmente ao INCRA e aos Ministérios da Agricultura e do Interior, no sentido de providências imediatas de socorro àquelas pobres famílias, bem como na sua localização em terras dominiais, onde possam dedicar-se às atividades da lavoura.

Tais providências, umas imediatas, outras a curto prazo, evitariam se repetisse ali o que aconteceu recentemente em Campinal, município de Presidente Epitácio, na mesma região, onde ocorreram mortes e várias pessoas ficaram feridas, como consequência de

problema semelhante. É, portanto, com maior razão, necessária a providência, na fase grave por que passa o governo, a fim de que não seja transformado em foco de intranquilidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho grande prazer em atender a um apelo que me formulou o Clube de Diretores Lojistas da cidade de Tubarão, na região sul-catarinense, no momento em que me faz seu representante para o cumprimento de uma missão que me é muito grata e que me proporciona uma grande felicidade.

A última grande reivindicação da comunidade tubarense acaba de ser atendida pelo Governo federal, em decorrência das enchentes desastrosas e terríveis que assolaram a nossa região, em março de 74. Assim é que o Governo federal, através do Ministério do Interior, liberou a importância de 5 milhões de cruzeiros, com a qual poderão os mutuários do Recon-Especial, através do Banco do Estado de Santa Catarina, minimizar as suas dívidas e os ônus financeiros que se abateram sobre os empréstimos contraídos para a construção e a reconstrução de casas destruídas pelas enchentes de 1974.

Sr. Presidente, o Clube dos Diretores Lojistas daquela cidade encaminhou ao Sr. Presidente da República e ao Ministro Rangel Reis duas mensagens que tenho a honra de ler, para inserção nos Anais do Congresso Nacional:

Tubarão, SC., aos 4 de maio de 1977.

Exmo. Sr.
Gen. Ernesto Geisel
DD. Presidente da República
Brasília, DF.

Senhor Presidente:

Em junho de 1976 este CDL tivera a honra de se dirigir a V. Ex^a e expressar a gratidão e o entusiasmo da classe empresarial local pela inestimável ajuda proporcionada por V. Ex^a com relação à solução pleiteada pelos tomadores de empréstimos após a tragédia de março de 1974 que destruiu nossas casas comerciais e industriais.

Agora, Senhor Presidente, nossa população é despertada com a feliz notícia de que V. Ex^a teria autorizado a liberação de verba no valor de Cr\$ 5.000.000,00 para cobrir a quase totalidade da correção monetária incidente sobre os empréstimos de particulares que recorreram naquela época aos Bancos, procurando recursos para reconstrução de seus lares também destruídos.

Nossa população está feliz. Está radiante, está entusiasmada e crente no nosso grande futuro. A cidade, que antes apresentava um clima de intranquilidade, incerteza e expectativa, vive agora momentos de festa, porque o grande problema pendente, que a todos aterrorizava, fora convenientemente resolvido por V. Ex^a, muito além da expectativa de todos.

Todos gostariam de agradecer e abraçar V. Ex^a. Não há quem não desejasse render ao nosso Grande Presidente as mais seletas homenagens. Seu grande Feito, Sr. Presidente, será por todos sempre lembrado e por todos sempre agradecido. Muito apreciáramos, ao nos aliar ao pensamento de toda uma comunidade, expressar com bastante clarividência e precisão as dimensões mais elevadas do quanto lhe somos agradecidos.

Mas fica, Sr. Presidente, na modéstia das palavras, o nosso registro. Eternamente saberemos reconhecer seu grande gesto. De um Grande Presidente como V. Ex^a, que não obstante as crises internacionais, as conjunturas gerais tem sabido conduzir este grande País com tanta serenidade, sabedoria e sobriedade, logicamente só se poderia esperar uma grande atitude, um grande feito.

Que o Altíssimo, na sua infinita bondade e sabedoria lhe dê saúde, forças, disposição na sua brilhante e sagrada trajetória de conduzir esta Terra para os seus elevados objetivos.

Aceite, Sr. Presidente, mais uma vez, nosso abraço e o nosso mais sincero agradecimento pelo que já nos fez e pelo que acaba de nos fazer.

Saudações respeitadas, — Clube de Diretores Lojistas de Tubarão — Serviço de Proteção ao Crédito — Presidente."

"Tubarão, SC, aos 4 de maio de 1977.

Exmo. Sr.
Dr. Mauricio Rangel Reis
DD. Ministro do Interior
Brasília — DF

Senhor Ministro:

O Tubaronense ainda não esqueceu que nos idos de março de 1974, quando a Cidade fora destruída pela calamidade que se nos abateu, foi V. Ex^a o homem público que aqui veio em primeiro plano se solidarizar com nossa gente, ver nossa triste realidade e sentir todo o drama de uma cidade com o espectro da morte, enxafurdada, pela lama e envolta numa verdadeira atmosfera de horror e desespero.

Agora, Sr. Ministro, nossa gente é despertada com a alegre notícia de que o Governo Federal, por interferência de V. Ex^a, teria proporcionado a verba de Cr\$ 5.000.000,00 para cobrir a correção monetária sobre os empréstimos daqueles que recorreram aos bancos à procura de financiamento para reconstrução de suas casas.

Creia, Sr. Ministro, é impossível representar nas palavras o contentamento e a gratidão que se vê estampado em cada rosto dos beneficiários. V. Ex^a não só fez um grande favor a nossa comunidade, mas sobretudo, salvou centenas de famílias de uma nova tragédia, de um novo desespero e de uma nova falência econômico-financeira.

Por isso, muito ine devemos e desejamos imortalizar seu grande feito gravado na nossa história este acontecimento que jamais será por nós e nossos filhos esquecido.

Respeitosamente, — Clube de Diretores Lojistas de Tubarão — Serviço de Proteção ao Crédito — Presidente."

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) Está encerrando o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Tendo sido publicados e distribuídos em avulsos os Pareceres nºs 40, 41, 46 e 48, de 1977-CN, das Comissões Mistas incumbidas do estudo dos Decretos-leis nºs 1.512, 1.524, 1.526 e 1.523, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das matérias.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 42, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.515, de 30 de dezembro de 1976, que altera a redação da alínea b do art. 74 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, e dá outras providências.

O Sr. Tarcísio Delgado (MDB — MG) — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Líder.

O SR. TARCÍSIO DELGADO (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo formular reclamação sobre a pauta da presente sessão.

Sr. Presidente, na sessão do Congresso Nacional, no último dia 11, foi incluído, para apreciação, o Projeto de Decreto-Legislativo nº 44, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.520, de 17-1-77, que estabelece condição para aquisição dos derivados de petróleo que menciona, e dá outras providências.

Para esclarecer melhor, Sr. Presidente, trata-se do Decreto-lei que instituiu as chamadas "simonetas", empréstimo compulsório que recairia sobre aqueles que viessem a adquirir gasolina.

Sr. Presidente, naquela sessão, encerrada a discussão, não pôde ser votado o Decreto-lei, porque a bancada da ARENA retirou-se do plenário, não dando **quorum** para apreciação da matéria. Voltou a ser incluído, em regime de votação, o Decreto-lei na sessão de ontem. Também não pudemos apreciá-lo, porque a Bancada da ARENA novamente se retirou. E, por estranho que pareça, segundo estamos informados, o prazo para apreciação pelo Congresso Nacional terminará no dia 14, mais precisamente amanhã que é a seguinte.

Parece-nos que, estando em regime de votação, haveria prioridade sobre as que se acham em regime de discussão. Não tendo sido incluída, estamos levantando a presente questão de ordem, para reclamar de V. Exª a não inclusão dessa matéria na ordem do dia. Assim, no caso de V. Exª concluir que realmente a matéria em votação tem prioridade sobre as matérias em discussão, que coloque este Decreto-lei prioritariamente em pauta para apreciação pelo Congresso Nacional. Fazemos isto, Sr. Presidente, porque este Decreto-lei que institui as simonetas é matéria da mais alta importância, de muita repercussão em todo o território nacional. Acharmos que o Congresso Nacional deveria deliberar sobre esta matéria, que deveríamos estar todos aqui, tanto a Bancada da Oposição quanto a da Situação, a rejeitá-la, porque este Decreto-lei é manifestamente inconstitucional e injurídico, falta-lhe técnica legislativa, é inoportuno, inconveniente, temerário e é, sob todos os aspectos, prejudicial. Inclusive, Sr. Presidente, encerra ele um paradoxo na sua própria aprovação, ainda que seja por decurso de prazo. Isto porque estamos permitindo que um Decreto-lei seja aprovado para não entrar em vigor, uma vez que, antes de deliberarmos sobre o mesmo no Congresso Nacional, já existe uma resolução suspendendo a sua execução. Por isso, nós da Bancada da Oposição, do MDB, que estivemos e estamos aqui para votar contra este Decreto-lei, gostaríamos de que V. Exª nos desse uma resposta a respeito do assunto. No caso de ele ter seu prazo final, no Congresso Nacional, amanhã, dia 14, que ele seja colocado prioritariamente em votação, para que o Parlamento tenha oportunidade de apreciá-lo.

Estamos levantando esta questão de ordem na defesa do bom nome do Congresso Nacional, porque, mesmo que este Decreto-lei seja aprovado por decurso de prazo, constituirá um absurdo que não podemos permitir. Pedimos que as Bancadas venham ao Congresso Nacional votar contra esse decreto, porque estaremos elevando o nome do Congresso Nacional. Sr. Presidente, perdoe-nos, já que esse decreto, não entrando na Ordem do Dia, e a bancada da ARENA se retirando reiteradamente do plenário para não votar contra ele, será considerado aprovado por decurso de prazo, representando sua aprovação uma vergonha para a Nação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — A Mesa ouviu com a atenção que merece a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro no momento em que apresenta uma questão de ordem que, no fundo, é uma reclamação. E a resolve da seguinte maneira: a matéria que V. Exª, nobre Líder, desejava que incluída estivesse na Ordem do Dia de hoje, o foi em três sessões consecutivas, às quais V. Exª compareceu e constatou ausência absoluta de **quorum** para que a referida matéria pudesse ser votada. Ocorre que hoje, sendo sexta-feira, sabíamos de antemão que a situação persistiria, porque o recurso parlamentar da obstrução — V. Exª o sabe muito bem — é consagrado em todos os parlamentos. Desta

forma, inútil seria para o Congresso a inclusão, mais uma vez, da matéria cuja votação foi obstada pela ausência de **quorum**, impossível de ser votada em face do que determina o art. 28 do Regimento Comum. Desta forma, tomo a liberdade de assinalar também ao combativo e vigilante Líder do MDB que a matéria atinente à Ordem do Dia que vamos passar a votar foi anunciada na sessão de ontem. O prazo da matéria que vamos votar também termina hoje. Quanto a matéria concernente ao Decreto-lei que vamos votar à noite, esses prazos também terminam hoje. De modo que o eminente Deputado, neste instante, representando os interesses sagrados do MDB, há de compreender que a razão está com a Mesa, quando, numa atitude racionalizada, não colocou à apreciação do augusto plenário desta Casa matéria em que os Srs. Deputados já haviam de antemão decidido que hoje também não a votariam.

O Sr. Daso Coimbra — Sr. Presidente, para uma questão de ordem, que no fundo é sobre a mesma reclamação que V. Exª já decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o Sr. Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para que fique registrado nos Anais a verdade dos fatos, a ARENA não obstruiu esta votação. Ela não se retirou do plenário. O que aconteceu foi que o MDB não compareceu para votar esta matéria. Sr. Presidente, se houvesse 60 Deputados do MDB, a matéria seria colocada em discussão e seria verificada a ausência de quem não compareceu. No entanto, o MDB não estava presente aqui, nem ontem, nem anteontem. Dessa forma obstruiu a votação. Não houve de parte da ARENA nenhuma intenção de retirar-se. Faltou número realmente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Enfatizando a decisão da Mesa, cumpre esclarecer que, ainda, na sessão de ontem que nos coube presidir, o jovem e talentoso Líder do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Joaquim Bevilacqua, pediu verificação de votação. Alertei S. Exª para o fato de que, **de visu**, poderia constatar que não se encontravam no Plenário, entre componentes da ARENA e do MDB, sequer vinte Deputados. S. Exª, num gesto de grandeza parlamentar, percebeu que a razão estava com o Presidente e que, nestas condições, não seria possível requerer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1977-CN. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação na Câmara.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto de decreto legislativo que acaba de ser aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)

ATA DA 79ª SESSÃO CONJUNTA, EM 13 DE MAIO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. HENRIQUE DE LA ROCQUE

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cuttete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvidio Nunes — Petrónio Portella — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darciilo Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pe-

dro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Airtom Sandoval — MDB; Airtom Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novae — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacilio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alipio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kifuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues

— MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Albino Zani — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 338 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Município de Campos, um dos mais populosos do meu Estado, contava com um serviço de pronto-socorro que não atendia a contento a seus habitantes. O Vice-Provedor da Santa Casa, Sr. Dilzete Moraes Bettancourt, argumentava que, gastando 450 mil cruzeiros e recebendo da Prefeitura apenas 140 mil, não poderia a Santa Casa prestar melhores e mais eficientes serviços aos seus usuários.

No entanto, quero hoje registrar a louvável atitude do novo Secretário Municipal de Saúde da Prefeitura de Campos, Sr. Wilson Ferreira Filho, que acaba de organizar um grupo de estudos incumbido de, no prazo de 15 dias, estabelecer convênio pelo qual várias entidades conjugadas conseguirão dar melhor atendimento no pronto-socorro da cidade de Campos. Com prazer, assinalo que o Estado, a Prefeitura, o INPS, a Faculdade de Medicina de Campos, o FUNRURAL, o Hospital dos Plantadores de Cana e a própria Santa Casa se reunirão e, através de um convênio e numa associação de esforços, conseguirão oferecer — tenho a certeza — um melhor e mais eficiente serviço de pronto-socorro aos munícipes de Campos.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Zavaglia.

O SR. JOSÉ ZAVAGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, já ninguém pode ignorar os perigos que rondam a família brasileira, ameaçada tanto em sua sacralidade como na sua condição de fonte primária da pró-

pria humanidade, de fundamento indispensável da organização social, de formadora insubstituível do homem integral.

Falando sobre a família, dizia o Papa Pio XII, de sua saudosa memória:

"É a célula fundamental da sociedade humana, base da estabilidade social e ponto de partida para a tranquilidade do mundo."

Isso é verdadeiro não apenas para os católicos, mas para quantos acreditam que o homem é um ser moral, conseqüentemente com obrigações de ordem superior, porventura também traduzidas na própria ordem jurídica. Se a Constituição brasileira prevê, para a família, a proteção especial do Estado, é que este nela tem o seu principal fundamento.

Por isso, como representante do povo, devemos meditar quanto às ameaças que pesam sobre a instituição familiar no País, principalmente agora, quando o Congresso se apresta para votar mais uma emenda divorcista.

O Santo Padre Pio XII já apontava entre os principais perigos o desejo exagerado de bem estar material, o comodismo e a falta de espírito de renúncia e sacrifício dos próprios cônjuges, levando à limitação da natalidade. Também os condicionamentos econômicos, resultantes da sociedade de consumo, dissociam e instabilizam a família, quando todos os seus membros são obrigados a trabalhar fora de casa e mesmo, nos fins de semana, o desencontro prossegue, cada qual procurando lugar diferente para o gozo do lazer.

Paralelamente, configura-se a tendência de transformar a mulher em instrumento de prazer, reduzido o matrimônio a uma união do capricho momentâneo com a leviandade irresponsável, o que conduz a uma moralidade fútil e perversa.

O lar deve ser, segundo o ensino daquele eminente Pontífice, "o refúgio para as horas amargas, o lugar de entendimento para as horas alegres, o complemento natural de tudo de quanto cada um necessita para cumprir sua função social e para melhor satisfazer seus deveres cristãos".

Mas a família também se consolida na obediência filial, corresponsável ao amor e à dedicação do país.

Está escrito no mais antigo livro do mundo, o Ptaotep dos egípcios:

"Formosa é a obediência por amor; duas vezes formosa. Quando um filho acata a palavra de um pai, verá prolongados os seus dias. O amor de Deus permanece com o obediente."

Também devemos obedecer aos compromissos assumidos. Quem, por exemplo, assumiu, no matrimônio, o compromisso da sua perenidade, não pode apelar para a sua dissolução, sem praticar uma infidelidade a si próprio, à palavra empenhada, ademais minando a sociedade que deve construir.

Respeitemos a sacralidade do matrimônio, sua indissolubilidade, para que em nós se cumpram as promessas do Criador, que pôs, no homem, toda a sua complacência.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, está circulando o nº 32 da notável revista *Cerrado*. Trata-se de órgão que muito se recomenda pela importância dos estudos e pesquisas agropecuárias que vem divulgando, principalmente relacionados com esta região.

Figuro entre os que acreditam no milagre do cerrado, em condições de produzir praticamente de tudo, se suas terras forem aproveitadas cientificamente, a exemplo do que ocorre nos países mais adiantados do mundo. Se Israel transformou as areias áridas e escaldantes do deserto de Neguev em terras fertilíssimas, por que não podemos fazer o mesmo com o cerrado?

A recuperação dos campos, com pastagens nobres, é perfeitamente viável, contanto que as terras sejam irrigadas.

A cultura do eucalipto independe de correção do solo e de adubagem. O desenvolvimento desta planta é quase igual ao do Rio Grande do Sul, onde as terras são superiores.

Os citricos apresentam ótimo rendimento, se cultivados com os recursos da técnica.

No Centro Nacional de Pesquisas do Cerrado de Planaltina vi trigo irrigado apresentando rendimento superior a três toneladas por hectare. E trigo sem irrigação, plantado no período das chuvas, com índice de produção de 900 quilos por hectare.

Embora não tenham sido realizados estudos de profundidade, com as experiências que venho fazendo na minha propriedade, posso afirmar que com a simples correção do solo a acácia negra, nesta região, apresenta desenvolvimento superior ao que se verifica no meu Estado, o Rio Grande do Sul.

E que dizer da banana, do mamão, da manga, da jaca, da goiaba e de outras frutas? A manga é praticamente fruta silvestre, tal a sua abundância. Infelizmente, ainda não vem sendo racionalmente cultivada em grandes áreas de terra.

No Estado de Goiás e no Centro Nacional de Pesquisas do Cerrado já vi muitas plantações de arroz do seco apresentando os melhores resultados. E tanto naquele campo experimental como em lavouras particulares estão sendo feitas experiências, com plantações de arroz irrigado que vêm apresentando magníficos resultados.

Daí a importância da revista *Cerrado*, que vem divulgando estudos notáveis, diferentes pesquisas e outros trabalhos que comprovam a invejável propriedade das terras do cerrado. Estas imensas áreas de gleba, cientificamente aproveitadas — a exemplo do que se fez em Israel e em outros países — no futuro serão invejáveis fontes de produção agropecuária.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Roque) — Com a palavra o nobre Deputado Tarcísio Delgado.

O SR. TARCÍSIO DELGADO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, muito se tem criticado os governos passados, por terem dado maior ênfase à construção de rodovias, com o argumento de que as características de nosso País favorecem ao transporte ferroviário.

Dizem os entendidos que descuramos um pouco na melhoria e na construção de nossas ferrovias.

Daí, e entendendo assim, resolveu o atual Governo investir maiores recursos em ferrovias, tendo, inclusive, iniciado a construção da grande obra da "Ferrovia do Aço".

Entretanto, enquanto o Governo dava início a essas enormes e faraônicas obras, paradoxalmente, paralisava ou erradicava pequenos ramais de grande utilidade econômica e social.

A análise simplista do aspecto econômico, que levava em conta apenas a rentabilidade direta, sem olhar as vantagens indiretas de escoamento de produção e atendimento a regiões pobres, levou a RFFSA a suspender alguns pequenos ramais da maior importância.

Assim aconteceu, por exemplo, em 1975, com o ramal que vai de Três Rios, no Estado do Rio de Janeiro, à Ligação, no Estado de Minas Gerais. Mais precisamente o ramal da 7ª Divisão da Leopoldina, que, saindo de Três Rios, passa pelas cidades de Santana do Deserto, Pequeri, Bicas, São João Nepomuceno, Guarani e vai até Ligação.

Este ramal que constitui um dos melhores e em bom estado de conservação da "Linha Centro" é de fundamental importância para as populações de toda essa região, como meio de transporte pessoal e de escoamento da produção.

É necessário observar que, neste trecho, não há rodovia em razoável condição de tráfego.

Outra observação que precisa ser anotada é que, por esse ramal e utilizando-o, há uma redução de 75 km, na distância entre nossas jazidas de minério de ferro e os portos de exportação e a Usina Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda. Seria, sem dúvida, uma

maneira de economia de combustível, tão carente e de preço tão elevado.

Agora, mais recentemente, o Governo concluiu pela paralisação das obras da "Ferrovia do Aço" e pela atenção à chamada "Linha Centro".

Em vista disso, estamos, nesta oportunidade, solicitando a atenção do Exmº Sr. Ministro dos Transportes e do Sr. Presidente da RFFSA, no sentido de que refaçam os estudos para a volta do ramal aqui mencionado, que é do maior interesse para uma região de pequenos e importantes produtores rurais.

Não é possível que, em termos de transportes, fiquemos presos a análises superficiais e simplistas da rentabilidade direta, de um determinado ramal. Há que examinar a utilidade do ramal que, aparentemente, pode ser deficitário; mas, que no fundo é insubstituível, como meio de transporte, para toda uma região. É o caso específico que trazemos neste pronunciamento.

Esperamos, porque temos necessidade de esperar, como espera toda a população da região servida pelo ramal da 7ª Divisão da Leopoldina, da RFFSA, que seja restabelecido o único meio de transporte de que dispõem.

Será uma providência de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o Sr. Deputado Leônidas Sampaio.

O SR. LEÔNIDAS SAMPAIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, inicia-se hoje, encerrando-se no próximo sábado, a I Jornada de Infecçologia de Petrópolis, reunindo, naquela cidade serrana fluminense, os maiores especialistas do País. Organizada pelo Serviço de Doenças Infecciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina de Petrópolis, o congresso tem o alto patrocínio da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, da Sociedade Brasileira de Pediatría, da Sociedade Médica de Petrópolis e vem sendo apoiado pelo Programa Nacional de Atualização Médica Fontoura Wyeth.

Entre os especialistas presentes a esse conclave, citam-se os Doutores Carlos da Silva Lacaz, Mário Barreto Correa Lima, Fernando Olinto, Arthur de Sá Earp Netto — Reitor Emérito e Supervisor-Geral da Faculdade de Medicina de Petrópolis — Frederico Simões Barbosa, José Rodrigues Moura, Myrtes Amorelli, Gonzaga Nicola Albano, Dirceu Bellizzi, Vicente Amaro Neto, Fernando Paulino, além do Presidente da Sociedade Médica de Petrópolis, Dr. Floriano Archão.

O primeiro conferencista, Dr. José Rodrigues Moura, aborda, hoje, às 21 horas, o tema "Importância das Doenças Infecciosas e Parasitárias do Brasil", iniciando-se, amanhã, as conferências e mesas-redondas, no auditório do DIP, encerrando-se, no próximo sábado, no auditório do Hospital Santa Teresa.

O professor Eduardo Vilhena Leite discorrerá sobre o tema "Meningite Meningocócica", realizando-se uma mesa-redonda sobre "Antibióticos", outra sobre "Sífilis Congênita", além de duas conferências sobre "Virose e Gestação" e "Diarréia aguda infecciosa".

As mais recentes conquistas da imonologia, o tratamento das viroses, o controle da infecção em centro cirúrgico, serão temas abordados por luminares da ciência médica brasileira.

Sabe-se que as doenças infecciológicas no Brasil se relacionam diretamente com o nível econômico-sanitário das populações, agravando-se pelo clima tropical, o que exige crescente número de especialistas e indispensável colaboração dos órgãos públicos sanitários.

O largo espectro das doenças infecciosas e parasitárias, bem como a identificação crescente de processos viróticos antes não identificados, assalta, principalmente, as populações de baixa renda, nos centros urbanos e os habitantes da zona rural, daí por que sua incidência encampa a maior parte da população do País.

Falando a respeito, declarou o Professor Vilhena Leite:

"Esse tipo de doença é próprio de regiões tropicais e, por estar o nosso País em processo de desenvolvimento, apresenta uma incidência muito maior do que aqueles já industrializados, e, por isso mesmo, necessita, a cada dia, de mais especialistas."

Acentuou que, no Estado do Rio, há quatro serviços universitários de infecçologia: o DIP, em Petrópolis; um em Niterói e dois na cidade do Rio de Janeiro, que tem dois hospitais especializados.

Congratulando-nos com a classe médica fluminense, pela realização desse conclave e fazemos votos pelo seu êxito. Que os seus estudos resultem na melhoria do quadro nosológico brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apesar da crise por que passa o Brasil, que analisada com profundidade seria suficiente para todos nós baixarmos a cabeça e deixarmos o barco vagar, para ver onde irá bater, ainda há homens que não se entregaram. Já não discuto dentro do meu Partido, que está na oposição, uma vez que é seu dever fazer severas restrições, como tem feito, ao Governo, em razão de falhas nos seus compromissos, como o de proporcionar ao Brasil um estatuto de direito com garantias individuais e democracia para todos. Recordo-me, e todos os brasileiros, de que esta foi a finalidade da Revolução, dita e proclamada em todos os seus editos. Ela se instituiu para repor a ordem, a dignidade nacional, o respeito, a hierarquia. Hoje, os que combatem a Revolução, o sistema, o Governo, o fazem exatamente tomando como base suas palavras preambulares.

Quero destacar, Sr. Presidente, o trabalho de um membro da ARENA. Sei que não é muito simpático destacar-se o trabalho de uma pessoa, porque se tem a impressão de que não se está lembrando do trabalho de outros companheiros. Sei que do meu ponto de vista devem divergir pessoas do meu Partido, muito mais, talvez, do Partido do Governo. Mas, Sr. Presidente, o trabalho desenvolvido pelo eminente Senador Teotônio Vilela, com o qual não mantenho laços estreitos, nem estou muito seguro se S. Exª me conhece, é de alta valia para a Nação. Primeiro, porque, até que me provem o contrário, me parece seriíssimo, não sendo um trabalho de demagogia ou de demagogo, mas de fé, de esperança, de sacerdócio, de crença onde já não se pode mais ter crença. S. Exª tem ainda fé nos destinos da Nação.

Volto a dizer: no meu Partido, Senadores, Deputados e outros tão bravos quanto ele estão fazendo o seu papel de oposição. Mas o Senador Teotônio Vilela é da ARENA, por isso reconheço maior valia, se cabe o termo, na sua luta e no seu trabalho. Espero que, como eu, outros, principalmente o Governo, o sistema, possam considerar a sua atuação um trabalho honesto, sério, sem demagogia, patriótico, visamos apenas ao bem nacional. O Senador Teotônio Vilela tem a minha admiração profunda e o meu respeito. Eu o vejo como um brasileiro que realmente trilha o caminho da verdade, em busca do Estado de direito.

Sei que muitos companheiros do MDB, Deputados e Senadores, tanto quanto eu, aplaudem a coragem, a humildade, a bravura desse grande brasileiro de Alagoas, com o qual, repito, não tenho a mínima ligação. Eu conheço bem S. Exª, mas creio que ele nem sabe quem sou. Minha admiração, portanto, pelo seu trabalho e a minha crença, ainda que limitada, na sua vitória.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Com a palavra o nobre Deputado Octacílio Queiroz.

O SR. OCTÁCILIO QUEIROZ (MDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quanto custou ou irá

custar de sacrifícios à Nação brasileira, depois de revelações oficiais, agora divulgadas, quanto às condições de falências ou de insolvências de uma série de empresas atuantes do Sul ao Nordeste deste País? A responsabilidade por todo esse descalabro deve-se a administradores que se mostraram negligentes e criminosos, manipulando graciosamente recursos de terceiros. O Banco Central somente agora, após vários anos, está agindo coerentemente para a salvaguarda dos legítimos interesses da Nação e do povo brasileiro. Mais de 18 bilhões, talvez 20 bilhões de cruzeiros, foram queimados até agora nessa voragem aventureira. O total ainda não se sabe, julgando-se mesmo que ascenderá a quantia muito mais vultosa.

Pretende-se reduzir a pressão inflacionária; há enormes cortes de verbas para obras urgentes, a par de necessárias à prosperidade nacional. Tudo isso está a assustar. E o Nordeste sempre a repetir seu velho cantochão de "área abandonada".

Agora mesmo, somente após as inundações do Capibaribe e do rio Paraíba do Norte, os olhos da Administração voltam-se para problemas tão instantes, equacionados já há tantos anos, indispensáveis à proteção daquelas populações ribeirinhas. Para lá destinam-se minguadas verbas que talvez pouco resolvam a situação e que apenas está sendo olhada por sua condição emergencial.

Perguntamos, Sr. Presidente: até quando o povo brasileiro continuará vítima desses gigantescos assaltos ao seu suor, à sua vida, ao seu trabalho e ao seu destino?

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Através da Mensagem nº 50, de 1977-CN, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 1.544, de 15 de abril de 1977, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do Distrito Federal, e dá outras providências.

Para a leitura da matéria, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Passa-se-à

ORDEN DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 37, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 40, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.512, de 29 de dezembro de 1976, que altera a legislação do empréstimo compulsório instituído em favor da Centrais Elétricas Brasileiras S/A — ELETROBRÁS, e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1977-CN (apresentado pela Comissão

Mista como conclusão de seu Parecer nº 41, de 1977-CN, com voto vencido do Senhor Deputado Dias Menezes), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.524, de 14 de fevereiro de 1977, que dispõe sobre as tarifas dos transportes aéreos domésticos.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 46, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.526, de 28 de fevereiro de 1977, que fixa o valor do soldo base do cálculo da remuneração dos militares.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 48, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1977, que autoriza a criação de Coordenadorias Especiais no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas condições que especifica, dispõe sobre a retribuição do respectivo pessoal e dá outras providências.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Henrique de La Rocque) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 15 minutos.)

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00